

A CRISE DA MEDIAÇÃO DO SAGRADO NA FÉ CRISTÃ

The crisis of the mediation of the sacred in the christian faith

*José Brissos-Lino**

Resumo: As religiões de matriz abraâmica não se fundam apenas numa perspectiva de *Revelação*, que parte dos livros sagrados – a Tanakh no Judaísmo, a Bíblia no Cristianismo e o Corão no Islão – mas também incluem determinados processos de *mediação do sagrado* nas relações entre o crente comum e a divindade.

Este artigo pretende reflectir sobre os principais modelos dessa mediação desenvolvidos ao longo dos tempos, no âmbito da fé cristã, até à presente crise.

Palavras-chave: cristianismo, fé, mediação, revelação

172

Abstract: Abrahamic-based religions are not only based on a perspective of *Revelation*, which comes from the holy books - the Tanakh in Judaism, the Bible in Christianity, and the Q'uran in Islam - but also includes certain processes of *mediation of the sacred* in the relationship between common believers and the divinity.

This article aims to reflect on the main models of this mediation developed over time, in the context of the Christian faith, until the current crisis.

Keywords: Christianity, faith, mediation, revelation

* Director do Mestrado em Ciência das Religiões (Universidade Lusófona). Coordenador do *Instituto de Cristianismo Contemporâneo*. Investigador doutorado integrado CLEPUL (FLUL) e CEG.

Introdução

As religiões de matriz abraâmica fundam-se numa perspectiva de *Revelação*, que parte dos livros sagrados – a Tanakh no Judaísmo, a Bíblia no Cristianismo e o Corão no Islão - mas também incluem determinados processos de *Mediação do sagrado* na perspectiva Deus-Humanidade. Por exemplo, na religião hebraica essa mediação era desempenhada pelos *rabis* (mestres da lei de Moisés), em especial depois da destruição do Segundo Templo.

Mais tarde, com a multiplicação das escolas de interpretação a chamada Torah Oral foi codificada dando origem à Mishná¹, já que a tradição oral deixara de ser referência única e segura, dada a diversificação estabelecida por diferentes perspectivas exegéticas baseadas em múltiplas escolas de interpretação rabínica. Passou-se depois da compilação da tradição oral – que incluía a Mishná – para uma interpretação escrita, tornando-se conhecida como Talmude e publicada pela primeira vez no ano 505 d.C., daí resultando uma complexificação ainda maior dos textos mosaicos.

A fé cristã resolveu a questão da ortodoxia inicialmente através da autoridade dos apóstolos, durante a segunda metade do I século, enquanto permaneceram vivos, uma vez que tinham acompanhado pessoalmente Jesus de Nazaré nos três anos e meio do seu ministério público e com ele convivido de muito perto. A exceção foi S. Paulo. Apesar disso tiveram que se confrontar com os judaizantes – judeus convertidos ao cristianismo mas que não queriam abdicar dos seus princípios religiosos e da tradição judaica do seu povo – mas também lidaram com a influência pagã – por exemplo no hábito de comer carne anteriormente sacrificada às divindades dos povos gentios – e até com influências gnósticas originadas pela ainda muito influente filosofia grega.

O judaísmo também nunca foi propriamente monolítico, já que várias correntes se confrontavam nos tempos neotestamentários, como os fariseus, os saduceus, os herodianos, os escribas ou mesmo os essênios, cada um deles com

¹ Em hebraico מִשְׁנָה, “repetição”, do verbo שָׁנָה, shanah, “estudar e revisar”, é uma das principais obras do judaísmo rabínico, e a primeira grande redacção na forma escrita da tradição oral judaica, chamada Torá Oral.

as suas ideologias, praxis, valores e dinâmicas próprias. A destruição do centro de adoração por excelência, o Templo em Jerusalém, e a proliferação das sinagogas por todo o mundo antigo deu lugar ao chamado judaísmo rabínico, sujeito a interpretações diversas quer da Torah quer dos profetas.

De igual modo o Corão se confronta com diferentes perspectivas hermenêuticas e o Islão se divide em diversas tradições religiosas e filosóficas, como o sunismo, o xiismo, o ismaelismo ou o sufismo. Todavia vamos concentrar-nos essencialmente no âmbito da fé e tradição cristãs. Procuramos definir então algumas grandes fases da história do cristianismo para melhor compreender diferentes paradigmas da mediação do sagrado ao longo dos tempos.

1. Na fase apostólica

A autoridade apostólica impunha-se de forma indiscutível nas primeiras comunidades cristãs, apesar de algumas se terem revelado permeáveis a diversos outros ventos de doutrina que pontificavam na segunda metade do I século, na ausência física dos apóstolos. Brakemeier (2008) adianta: “Não fosse a correspondência do apóstolo Paulo com suas comunidades, pouco saberíamos das dificuldades que acompanharam a implantação do evangelho em ambiente cultural helenístico” (p. 13). O apóstolo exorta assim os cristãos das comunidades da Galácia:

Maravilho-me de que tão depressa passásseis daquele que vos chamou à graça de Cristo para outro evangelho; O qual não é outro, mas há alguns que vos inquietam e querem transtornar o evangelho de Cristo.

Mas, ainda que nós mesmos ou um anjo do céu vos anuncie outro evangelho além do que já vos tenho anunciado, seja anátema. Assim, como já vo-lo dissemos, agora de novo também vo-lo digo. Se alguém vos anunciar outro evangelho além do que já recebestes, seja anátema (Gálatas 1:6-9).

Ó insensatos gálatas! quem vos fascinou para não obedecerdes à verdade, a vós, perante os olhos de quem Jesus Cristo foi evidenciado, crucificado, entre vós? (Gálatas 3:1).

E S. Paulo chega a ser ainda mais contundente, escrevendo desta vez aos coríntios:

Portanto, escrevo estas coisas estando ausente, para que, estando presente, não use de rigor, segundo o poder que o Senhor me deu para edificação, e não para destruição (2 Coríntios 13:10).

Por norma, sempre que se revelava impraticável uma visita pessoal, era através de meio epistolar que os líderes espirituais e fundadores dessas comunidades desenvolviam a sua pastoral, trazendo correcção, ensino, exortação e edificação aos neoconvertidos aí congregados, pelo que se pode dizer que a mediação do sagrado ou a relação entre Deus e as comunidades locais de fé se realizava em linha com a autoridade apostólica, seja na sua forma física e presencial, seja pela via escriturística.

Era o apóstolo que estabelecia tanto a doutrina como a praxis. Note-se que os povos gentílicos chegados ao Evangelho traziam consigo toda uma cultura pagã, de forte configuração grega, que se fazia sentir, por exemplo, no hábito de consumir carne previamente sacrificada às divindades pagãs. Tal prática era considerada inexplicável e intolerável para os crentes de origem judaica, além de se situar ao arrepio das recomendações saídas do Concílio de Jerusalém, que procurou dirimir questões resultantes de divergências hermenêuticas emergentes na primeira comunidade cristã de fé no mundo gentio, estabelecida na cidade de Antioquia, na Síria (Actos 14:26-28; 15:1-31):

Que vos abstenhais das coisas sacrificadas aos ídolos, e do sangue, e da carne sufocada, e da fornicção, das quais coisas bem fazeis se vos guardardes. Bem vos vá (Atos 15:29).

Tal situação chegou mesmo a proporcionar um confronto pessoal directo entre os apóstolos Pedro e Paulo, que ficou registado na Epístola aos Gálatas, a famosa carta da liberdade cristã. Embora Paulo relativizasse a prática, não lhe atribuindo importância em si mesma, condicionava-a em nome da

probabilidade de escandalizar o irmão mais fraco, princípio que considerava incontornável:

Mas vede que essa liberdade não seja de alguma maneira escândalo para os fracos. Porque, se alguém te vir a ti, que tens ciência, sentado à mesa no templo dos ídolos, não será a consciência do que é fraco induzida a comer das coisas sacrificadas aos ídolos? E pela tua ciência perecerá o irmão fraco, pelo qual Cristo morreu. Ora, pecando assim contra os irmãos, e ferindo a sua fraca consciência, pecais contra Cristo. Por isso, se a comida escandalizar a meu irmão, nunca mais comerei carne, para que meu irmão não se escandalize (1 Coríntios 8:9-13).

Mas o que ele não suportava mesmo era a dissimulação de Pedro, que mudava de procedimento consoante estivesse a conviver com convertidos do judaísmo ou do paganismo:

E, chegando Pedro à Antioquia, lhe resisti na cara, porque era repreensível. Porque, antes que alguns tivessem chegado da parte de Tiago, comia com os gentios; mas, depois que chegaram, se foi retirando, e se apartou deles, temendo os que eram da circuncisão. E os outros judeus também dissimulavam com ele, de maneira que até Barnabé se deixou levar pela sua dissimulação. Mas, quando vi que não andavam bem e diretamente conforme a verdade do evangelho, disse a Pedro na presença de todos: Se tu, sendo judeu, vives como os gentios, e não como judeu, por que obrigas os gentios a viverem como judeus? (Gálatas 2:11-14).

Coisa semelhante acontecia com os indivíduos provenientes da religião judaica, denominados judaizantes, que arrastavam consigo toda uma carga de património religioso associado ao povo da Velha Aliança, condicionando-os mental e emocionalmente pelo facto de terem a Tanakh como base da sua espiritualidade, e cujos livros podiam consultar. O peso da tradição e do património religioso destes judaizantes levava-os a tentar conservar a prática da circuncisão, como rito de passagem fundamental no judaísmo, das festas religiosas judaicas ou do sábado como dia santificado, assim como de outras tradições hebraicas, conjugando-as com a mensagem evangélica do Cristo, esforço ao qual Paulo se opunha frontalmente, sempre muito centrado na teologia cristã:

Portanto, ninguém vos julgue pelo comer, ou pelo beber, ou por causa dos dias de festa, ou da lua nova, ou dos sábados, Que são sombras das coisas futuras, mas o corpo é de Cristo (Colossenses 2:16-17).

E quando a essa questão central do judaísmo que era a guarda do sábado, Paulo seguia e reafirmava o ensino do próprio Jesus:

Como entrou na casa de Deus, no tempo de Abiatar, sumo-sacerdote, e comeu os pães da proposição, dos quais não era lícito comer senão aos sacerdotes, dando também aos que com ele estavam? E disse-lhes: O sábado foi feito por causa do homem, e não o homem por causa do sábado. Assim o Filho do homem até do sábado é Senhor (Marcos 2:26-28).

Foi exactamente contra estas tentativas de complexificação da simplicidade do Evangelho que Paulo se levantou:

Mas nem ainda Tito, que estava comigo, sendo grego, foi constrangido a circuncidar-se; E isto por causa dos falsos irmãos que se intrometeram, e secretamente entraram a espiar a nossa liberdade, que temos em Cristo Jesus, para nos porem em servidão; Aos quais nem ainda por uma hora cedemos com sujeição, para que a verdade do evangelho permanecesse entre vós (Gálatas 2:3-5).

177

Pode dizer-se, portanto, que na época apostólica predominava um tipo de *intermediação do sagrado* entre Deus e os fiéis, através da intervenção física e epistolar da pessoa dos apóstolos em geral, pelo menos enquanto estes viveram.

De todo o modo o referido confronto entre os apóstolos Pedro e Paulo não deve ser visto apenas numa perspectiva de inconveniência, pela confusão e dano que tal contenda poderia ter provocado, pois acabou por ser benéfico e dinamizador para a expansão da fé cristã no mundo conhecido, abrindo-lhe porventura de vez a porta da universalidade.

2. A fase institucional

Chamaremos fase institucional da Igreja, ao período pós-constantiniano, altura em que a mediação do sagrado no âmbito da fé cristã passou a ser executada pela mão da hierarquia eclesiástica.

O facto de o cânone bíblico só ter sido completado em finais do século IV e a hierarquia ainda não estar estabelecida de forma muito rígida nos primeiros tempos pós-apostólicos, associado a alguma dificuldade em obter informação histórico-documental relativa ao II século – apesar dos escritos patrísticos e achados arqueológicos – condiciona-nos um pouco no processo de compreensão plena desta época. Todavia sabe-se que, uma vez hierarquizada a Igreja, o magistério assumiu então a autoridade hermenêutica sobre todas as comunidades cristãs, em parte na sequência da doutrina estabelecida pelos concílios ecuménicos entretanto realizados: o 1.º Concílio de Niceia, que teve lugar na Bitínia (atual İznik, Turquia) no ano 325, e o 1.º Concílio de Constantinopla (381), assim como pelos documentos relativos às bases de fé deles decorrentes como é o caso dos credos.² Até ao ano 325 os bispos reuniam-se apenas em encontros regionais.

O conjunto dos textos dos Pais Apostólicos como *A Doutrina dos Doze Apóstolos* ou *Didaché* (provavelmente escrito na Síria), ou *O Pastor* de Hermas (eventualmente redigido em Roma) e que quase terão entrado no cânone do Novo Testamento, de facto não oferecem assim tanta informação que seja útil para compreender o contexto histórico da fé cristã na época. BARTON (2019) diz mesmo que, por exemplo, “*O Pastor* é, no seu todo, um livro gentil, embora extremamente prolixo e repetitivo” (p. 327).

O Credo Niceno constitui uma profissão de fé adoptada pelo concílio realizado em 325, e pretendeu combater o arianismo e estabelecer o trinitarianismo cristão. Já o concílio de 391 combateu o apolinarismo – uma doutrina que ensinava que não havia mente ou alma humana em Cristo – e aprovou a forma actual do credo niceno.

Crê-se que terá sido a significativa expansão da fé cristã e sua dispersão por povos cada vez mais heterogéneos e geografias tendencialmente mais longínquas, a tentativa de intrusão na catequética cristã das denominadas

² Do Latim: “Eu creio”.

heresias de diferentes origens, assim como a necessidade de uniformizar as bases e as expressões de fé que levaram tanto a um processo de hierarquização rígida da Igreja como à necessidade da realização dos concílios e produção de credos.³

Segundo CAMPOS (1997, p. 2)

Portanto, os credos e confissões da igreja cristã sempre nos reportam às origens e ao desenvolvimento histórico de nossa fé. Como já vimos anteriormente, primeiro vieram os credos, expressões resumidas da fé cristã. Posteriormente, vieram as confissões, que foram expressões mais elaboradas, sendo ambos, credos e confissões, resultado direto das controvérsias vigentes na época em que foram preparados. Nenhum de nós pode dizer, em sua consciência, da falta de importância dos credos e confissões nos tempos modernos, embora o tempo presente nos convide a isso. É um tempo de anti-dogmatismo e de aversão a afirmações confessionais. No entanto os genuínos cristãos sempre se importaram com a historicidade da sua fé.

Em especial depois da fixação da sede imperial em Bizâncio (330-395), que então assumiu o nome do imperador – Constantinopla – Roma tornou-se sede da igreja-império, por mimetismo. A Igreja foi buscar ao império romano a inspiração para se organizar internamente de forma hierárquica, sendo então a vacatura de poder na cidade, depois da saída da corte imperial, preenchida gradualmente pelo poder eclesiástico. Face à decadência do Império Romano e à invasão dos povos germânicos a importância do clero aumentou ainda mais.

Após a suposta conversão de Constantino ao cristianismo, no século IV, a sede do império tornou-se também a sede da nova fé, tendo Roma passado a ser considerada a cidade-referência para a Igreja ocidental, juntando assim a vertente política com a religiosa.

Apesar disso, durante muito tempo houve cinco cidades que rivalizavam na disputa do poder sobre o povo cristão: Jerusalém (onde Jesus Cristo morreu), Antioquia (a primeira igreja local gentílica e de onde o apóstolo

³ “O Credo Apostólico foi um instrumento pedagógico desenvolvido pela igreja antiga entre os séculos II e VII a.d. para resumir o conteúdo central da fé cristã, a fim de ensiná-la aos iniciantes nesta fé e defendê-la das heresias que assolaram a igreja naquele período.” <https://www.icnv.com.br/conheca-a-icnv/credo-apostolico/> (acedido em 30/9/21).

Paulo havia sido enviado como missionário ao mundo), Alexandria (uma das escolas teológicas mais profícuas em todo o mundo cristão), Roma (onde Paulo morreu) e Constantinopla (a nova sede imperial e a cidade mais virada ao cristianismo do Oriente). Mais tarde a disputa reduziu-se a duas – Roma e Constantinopla – até que Roma venceu, tornando-se cabeça de todo o mundo cristão até ao cisma do Oriente (1054).

Mas não terá sido apenas a dispersão geográfica decorrente da disseminação da fé cristã, com a implantação de novas comunidades locais de fé no mundo conhecido e a subsequente necessidade de padronização da doutrina e praxis, a fim de evitar a confusão, nem a necessidade do combate às heresias que terão contribuído para a construção do edifício hierárquico da Igreja e a sua clericalização, mas também a perspectiva do exercício do poder que KUNG (2012, p. 480) caracteriza como *sistema romano*, explicando que, apesar de tudo, há que distinguir entre a Igreja Católica e o *sistema romano*,

(...) que despontou no século XI ao conferir ao papa e à sua Cúria uma supremacia de tendência absolutista na Igreja, a qual é categoricamente recusada pelas Igrejas do Oriente e pelas Igrejas da Reforma; ao longo dos séculos, este absolutismo foi sempre objecto de críticas por parte de movimentos reformadores saídos do seu interior, até ficar enfraquecido pela perda dos Estados da Igreja, antes de ser definitivamente abalado pelo Vaticano II.

A institucionalização e extrema clericalização da Igreja levou-a a assumir o papel exclusivo de mediação do sagrado, sem esquecer o enquadramento litúrgico da missa, na relação entre Deus e os homens nesta fase da história.

3. A fase pós-medieval

Na fase pós-medieval (depois da Reforma protestante) a mediação com o sagrado passou a ser feita através da Bíblia, na prática, a partir da teologia reformada. Lutero havia centrado o debate teológico nos textos sagrados retirando autoridade ao magistério da Igreja. Já não eram os concílios ou os

documentos papais que valiam, em especial se contradissem os textos bíblicos.

Em particular houve dois dos princípios da Reforma protestante que concorreram para caracterizar esta fase. Desde logo o princípio doutrinário do *livre exame das Escrituras*, na sequência do *Sola Scriptura* (“só a Escritura”), o qual permitia a qualquer cristão ler as Escrituras, de forma a tomar consciência directa e sem intermediação humana da Revelação de Deus aos homens, a fim de evitar enviesamentos ou adulterações motivadas por interesses religiosos particulares e ilegítimos, pessoais ou de grupo. Para tal contribuiu a invenção da prensa de Gutenberg e subsequente proliferação da imprensa, tornando os livros economicamente muito mais acessíveis do que no tempo dos copistas e rápidos na sua difusão, por razões óbvias.

Por outro lado começaram a surgir as traduções da Bíblia para o vernáculo em toda a Europa, começando pelo próprio Lutero que contribuiu decisivamente para fixar a língua alemã como língua nacional. A par destas duas razões não podemos deixar de considerar como decisiva a forte ênfase dada então à alfabetização e à educação em geral, observadas em praticamente todo o mundo protestante.

Em função disso KUNG (2012, p. 570, 571) afirma:

Assim, de um modo geral, o fundamento teológico da ortodoxia luterana, tal como o da ortodoxia reformada, já não residia tanto na mensagem bíblica, no Evangelho, no próprio Jesus Cristo, o critério supremo segundo Lutero, inclusivamente na Bíblia em si mesma. Assentava antes em frases retomadas literalmente da Bíblia, que se referiam a pontos de doutrina bem determinados e que eram integradas – em parte ao lado de Aristóteles e ainda numerosos elementos bebidos na escolástica – num sistema filosófico-teológico fechado.

Estamos, pois, em presença de um biblicismo; na Alemanha, este substituiu a infalibilidade da pessoa do papa, considerada como tal por Roma, pela infalibilidade de facto do «papa de papel»; ele só jurava pela inerrância do livro inspirado por Deus e, logo, sem erro.

O segundo princípio doutrinário é o do *sacerdócio universal dos crentes*, através do qual o fiel aprendeu que se podia dirigir directamente a Deus,

estabelecendo com Ele uma relação de proximidade e intimidade, unicamente firmada na aplicação pela fé do sacrifício de Cristo em seu favor e da confiança daí decorrente: “Segundo o eterno propósito que fez em Cristo Jesus nosso Senhor, no qual temos ousadia e acesso com confiança, pela nossa fé nele” (Efésios 3:11,12).

Segundo o testemunho neotestamentário, o único mediador entre Deus e o crente é Jesus Cristo, o qual permite um acesso directo ao Pai:

“Visto que temos um grande sumo-sacerdote, Jesus, Filho de Deus, que penetrou nos céus, retenhamos firmemente a nossa confissão. Porque não temos um sumo-sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; porém, um que, como nós, em tudo foi tentado, mas sem pecado. Cheguemos, pois, com confiança ao trono da graça, para que possamos alcançar misericórdia e achar graça, a fim de sermos ajudados em tempo oportuno” (Hebreus 4:14-16).

“Eu e o Pai somos um” (João 10:30).

“Disse-lhe Jesus: Eu sou o caminho, e a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim” (João 14:6).

Sendo a leitura e subsequente interpretação das Escrituras o factor que legitima este acesso directo a Deus, sem intermediários humanos, são também elas que assumem o papel de intermediação do sagrado, na ligação entre Deus e os homens.

A questão que se coloca é se o intérprete dispõe ou não das competências hermenêuticas necessárias e suficientes para uma correcta compreensão dos textos bíblicos. WESTPHAL (2000) questionava-o, com base em Bultmann:

“Para Bultmann, ‘a orientação da interpretação deixa de ser problemática quando ela estiver dirigida pela pergunta por aquele objeto que o próprio texto pretende comunicar. O intérprete precisa ter uma compreensão prévia do assunto transmitido no texto e uma relação vital com o assunto contido no texto’ (p. 93).

E quando a Bíblia começa a ser questionada pelo liberalismo teológico protestante alemão no século XIX, hão-de surgir do outro lado da Atlântico

dois tipos de respostas: o fundamentalismo protestante, que consagra o princípio da inspiração verbal e completa das Escrituras, assim como a inerrância bíblica, mas também o pentecostalismo, com a sua ênfase na experiência pessoal ao arrepio da investigação teológica.

4. A fase contemporânea

Acontece que nesta última fase da história da fé cristã se assiste a um novo modelo de mediação entre as pessoas e o divino. Não podendo dispor de uma mediação apostólica, ao contrário do que acontecia no tempo da igreja primitiva, restaria um modelo de mediação assegurada pelo magistério, no caso católico, ou bíblico-hermenêutico, como no protestantismo. Porém, esse tipo de mediação está hoje a ser descartado em nome de um conjunto de opções a que se poderá chamar *mediação alternativa ou pós-moderna*.

De facto, assistimos hoje a uma espécie de religião de iniciativa privada, no sentido da dispensa dos enquadramentos institucionais, de que fala HERVIEU-LÉGER (2005) referindo-se à desinstitucionalização da prática religiosa. Parte dos fiéis católicos vão cada vez menos à missa, não se confessam, não comungam e nem se preocupam com as orientações dogmáticas e doutrinárias do catolicismo. Afirmando-se como crentes católicos-romanos recorrem a um conjunto de expedientes filosóficos orientais, e a práticas com pirâmides e energias para se tentarem sentir em harmonia consigo próprios, ou então a práticas ocultistas paralelas. Perderam qualquer praxis mais em consonância com a fé na qual se afirmam filiar, como a oração, o jejum ou a meditação. Para muitos fiéis, a mediação sacerdotal deixou, portanto, de assumir lugar relevante na sua vida quotidiana.

Encontra-se cada vez mais um quadro semelhante quando se estudam os crentes de tradição protestante. Parte deles procuram preservar os seus princípios de fé mas deixaram de frequentar os serviços religiosos e desvinculam-se da sua comunidade local de fé, tornando-se “desigrejados”

(churchless). Esta tendência encontra-se em grande crescimento no mundo, com maior incidência no Ocidente. A mediação bíblico-hermenêutica deixou de existir, quer por já não lerem nem ouvirem ler a Bíblia, quer por também não assistirem regularmente a quaisquer actos de culto.

Muitos destes cristãos de diferentes tradições eclesiais são agora seduzidos por propostas de auto-ajuda, muitas vezes apresentadas com uma capa religiosa, pela adesão a um qualquer guru espiritual, ou pela *religião a la carte* oferecida no ciberespaço, escolhendo aqui e ali o que lhes interessa, muitas vezes sem critério, articulação, lógica ou coerência, e tecendo assim a sua religião pessoal sincrética a gosto, lançando mão de contributos avulsos de diferentes origens. Diríamos que esta fase se apresenta claramente em articulação com o ambiente cultural em vigor no Ocidente, o chamado espírito da época, que influencia fortemente o pensamento e os valores.

Para tal terão contribuído decisivamente os processos de individualização religiosa e de secularização que incluem a autodeterminação (emancipação) e domínio do mundo (desmistificação) (KUNG, 2012, p. 698, 699).

Portanto, esta fase caracteriza-se pelo desaparecimento de qualquer forma de mediação entre Deus e os homens, ao contrário do que acontecia desde os primórdios da fé cristã.

5. Um caso paradigmático

Existe um caso emblemático de quebra de mediação do sagrado no âmbito do catolicismo-romano; o culto mariano em Fátima. Toda a doutrina católica é baseada na mediação sacerdotal. É o sacerdote que preside à eucaristia e é ele também que ouve os fiéis em confissão e declara o perdão de Deus, assim como determina a penitência correspondente. É ele que faz, em primeira mão, a mediação entre o crente e a divindade. Porém, o culto mariano inscreve-se numa lógica marginal à estrutura doutrinária do catolicismo-romano, mais de

característica de religiosidade popular, de tipo pagão, uma vez que rejeita a mediação sacerdotal.

São conhecidas as tentativas de alguns padres e bispos esclarecerem os fiéis de que não precisam de andar de joelhos à volta do santuário da Cova da Iria, em processo de sacrifício corporal, pois Deus não precisa disso nem o deseja. Mas tal sugestão é invariavelmente recusada com firmeza pelos peregrinos, em nome de uma promessa feita directamente à “Nossa Senhora” e que então tem mesmo que ser paga. Assim, para muitos fiéis o culto mariano de Fátima coloca-se intencionalmente à margem da doutrina e da praxis oficiais católicas, o que representa um claro desvio da ortodoxia em nome duma ligação e de um “contrato” estabelecido directamente com a divindade.

Não deixa de ser curioso que, neste aspecto específico, tal princípio coloca o culto mariano de Fátima um pouco mais próximo da liberdade cristã preconizada pela Reforma protestante do que da fidelidade à tradição católica-romana.

Uma das ênfases dos reformadores do século XVI foi a possibilidade de o fiel poder passar a relacionar-se com o seu Deus sem intermediários humanos, vivos ou mortos, tomando Jesus Cristo como o sumo-sacerdote da nova Aliança, *com base no Novo Testamento*, isto é, sem prescindir dum tipo de mediação do sagrado de carácter bíblico-hermenêutico já que o autor da Epístola aos Hebreus apresenta Jesus como “o Mediador de uma nova aliança” (Hebreus 12:24), e o apóstolo Paulo estabelece doutrina nesse sentido:

“Porque há um só Deus, e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem. O qual se deu a si mesmo em preço de redenção por todos, para servir de testemunho a seu tempo” (1 Timóteo 2:5,6).

Só que, no caso do culto mariano existe um acto de substituição da figura de mediação, trocando-se Jesus por Maria. Enquanto Jesus é apresentado como tendo o direito de ser constituído como único “mediador entre Deus e os homens” por se ter apresentado como o Cordeiro de Deus (Agnus Dei). No

dizer de João, o Baptista, ele é “o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (João 1:29), tendo por isso assumido o papel de sumo-sacerdote dos fiéis.

Considerações finais

Nesta breve e resumida análise verificamos que a evolução da mediação do sagrado na fé cristã revela que o referido modelo foi-se transformando de acordo com a lógica dos sistemas de fé e com a realidade dos tempos.

Se na fase apostólica vamos encontrar a figura do apóstolo como mediador, depois da institucionalização da Igreja esse papel passou a ser desempenhado pelo magistério eclesial. A partir do século XVI, na sequência da Reforma protestante na Europa, foi então atribuída à Bíblia essa responsabilidade de mediação, muito embora os textos tivessem sempre que ser interpretados e contextualizados, o que deu aso a muitas sensibilidades diferentes no campo religioso herdeiro da reforma protestante.

Diga-se, contudo, que as fases citadas não são estanques nem globais, coexistindo algumas no tempo, parcial ou totalmente. A nossa reflexão é centrada nas grandes tendências verificadas no contexto geral da fé cristã.

Por outro lado, este artigo não pretende analisar exaustivamente as diferentes fases históricas do cristianismo, mas apenas sublinhar alguns pontos que nos parecem fundamentais.

Porém, na fase actual, quando o primado da pessoa humana trazido pela modernidade, o hiperindividualismo que caracteriza o pensamento pós-moderno, a par da relativização geral dos conceitos e a recusa dos absolutos, assim como os fenómenos culturais de secularização, desidentificação religiosa e dispensa de herança religiosa transgeracional, em especial na Europa e América do Norte, a mediação deixou de ser representada numa figura humana, instituição ou livro sagrado, tornando-se sincrética, holística e diluindo-se por um conjunto heterogéneo de práticas, objectos, gurus ou avatares, numa

eloquente demonstração da complexidade existencial, espiritual e religiosa da contemporaneidade.

O facto é que os crentes se sentem hoje muito menos representados pelas instituições clericais. Talvez a presente crise de representação na mediação do sagrado no cristianismo venha a dar lugar a algo completamente novo. O tempo o dirá.

Referências bibliográficas:

"Apollinarius." Cross, F. L., ed. *The Oxford dictionary of the Christian church*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005.

BARTON, John (2019). *Uma História da Bíblia: o Livro e suas Fé.* Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.

Bíblia Sagrada. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 1994.

BRAKEMEIER, Gottfried. *A Primeira Carta do Apóstolo Paulo à Comunidade de Corinto: um comentário exegético-teológico*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008.

187

CAMPOS, Heber Carlos. *A Relevância dos Credos e Confissões. Fides Reformata 2/2*, São Paulo: CPPG Andrew Jumper, 1997.

ESPÍRITO SANTO, M. (2002). *A religião na mudança: a Nova Era*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

FRANGIOTTI, R. (org.) (1995). *Padres Apostólicos*. São Paulo: Paulus.

HERVIEU-LÉGER, D. (2005). *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Lisboa: Gradiva.

KASEMANN, Ernst. *Perspectivas paulinas*. São Paulo: Editora Teológica, 2003.

KUNG, H. *O Cristianismo: essência e história*. Lisboa: Temas e Debates, 2012.

LINDBERG, C. *História do Cristianismo*. Lisboa: Teorema, 2007.

MICKLETHWAIT, J. & WOOLDRIDGE (2010). *O Regresso de Deus*. Lisboa: Quetzal.

NEVES, C. (2014). *Lutero: Palavra e Fé*. Lisboa: Presença.

NEVES, C. (2012). *Deus existe?: Uma viagem pelas religiões*. Lisboa: Presença.

PFEIFFER, Charles F. *Old Testament History*. Grand Rapids: Baker Book House, 1975.

WESTPHAL, E. R. (2000). A Questão da Hermenêutica em Rudolf Bultmann. *Vox Scripturae, Revista Teológica Latino-Americana, Vol. X, Nº. 1, Dezembro, 2000*, São Paulo.